

## Língua Portuguesa

A interpretação de texto envolve leitura e a compreensão de textos escritos.

Responda as questões 1, 2 e 3 a partir do texto abaixo:

O sol que entra pelas janelas no alto da sala ilumina o rosto das mulheres sentadas no carpete. No chão, as biografias de Michele Obama, Angela Davis, Conceição Evaristo e Elza Soares dão dicas do assunto que o projeto "Histórias Além Muros" tratou na tarde da última quarta-feira. Sentadas em círculo, 14 presas na Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, na Zona Oeste do Rio, seguram um pedaço de papel e uma caneta. Cada uma tentou, em poucas linhas, escrever parte de sua história. Depois, leram a autobiografia em voz alta e revelaram do que gostam e desgostam no mundo: "Quase não existe coisa de que não gosto, porém, uma me fere a alma: a maldade do ser humano", diz uma delas. "Mesmo estando em situação carcerária, sou feliz, pois aqui aprendi o verdadeiro valor da vida", conta outra. O ambiente reúne uma estante de livros que ocupa uma parede inteira e almofadas espalhadas pelo chão. O espaço é dedicado à leitura e a reflexões que as palavras proporcionam. Cada encontro tem um tema e, para apresentar os livros, as educadoras explicam as características dos gêneros, discutem os autores e realizam atividades relacionadas aos livros indicados. Os encontros ocorrem três vezes por semana, duas vezes por dia, desde 2021.

A proposta veio do sonho de melhorar o acesso aos livros em penitenciárias brasileiras, em especial no Estado do Rio. O acesso das presas à biblioteca não é tão simples. O agente penitenciário precisa estar disponível para levá-las e ficar lá, já que elas não podem ficar sozinhas. Além disso, o acervo tem que ter pluralidade de estilos e vozes, considerando diferentes graus de escolaridade. Para facilitar o processo de integração, a biblioteca, pensando no seu público, inclui obras com personagens femininas e negras, por exemplo. E até a organização visa a tornar as obras mais atrativas: as publicações ficam com as capas viradas para a frente, para ajudar na escolha. Desde 2021, mais de 300 mulheres já passaram pelo projeto e pegaram livros na biblioteca.

SOUZA, Roberta de. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2023/07/projeto-apresenta-novo-mundo-a-mais-de-300-presas-do-rio-atraves-da-leitura.ghtml>

### Questão 1

O tema apresentado pelo texto é:

- (A) o hábito de leitura e escrita de presidiárias.
- (B) a biografia de mulheres negras importantes.
- (C) o cotidiano do presídio Talavera Bruce.
- (D) um projeto de leitura desenvolvido em presídios.
- (E) uma reflexão sobre a maldade do ser humano.

### Questão 2

Na parte inicial do texto, as internas tentaram escrever uma história sobre:

- (A) suas próprias vidas.
- (B) a rotina do presídio.
- (C) a vida de seus familiares.
- (D) seus projetos de leitura.
- (E) uma mulher negra famosa.

### Questão 3

Para favorecer a prática da leitura, o projeto disponibiliza livros diversos de forma:

- (A) acidental.
- (B) contingente.
- (C) concomitante.
- (D) arbitrária.
- (E) anárquica.

### Questão 4

Escrever palavras de forma ortográfica (do grego ORTHOS = correta + GRAPHIA = escrita) é uma parte relevante da língua escrita. Aperfeiçoar o emprego correto das letras na construção das palavras sugere o exercício constante da leitura e da escrita.

Desse modo, a série de palavras que completa corretamente as lacunas da assertiva "Aquele \_\_\_\_\_ pode ser uma \_\_\_\_\_, um \_\_\_\_\_, um \_\_\_\_\_ ou um \_\_\_\_\_" é:

- (A) apetrecho, prache, ultraje, impecilho, previlégio.
- (B) apetrexo, praxe, ultrage, empecilho, privilégio.
- (C) apetrecho, praxe, ultraje, empecilho, privilégio.
- (D) apetrecho, prache, ultrage, empecilho, previlégio.
- (E) apetrexo, praxe, ultrage, impecilho, previlégio.

### Questão 5

A leitura atenta da sentença "Hodiernamente, a sociedade parece mostrar empatia para discutir a inserção de povos originários no mercado de trabalho" mostra uma possibilidade de determinadas palavras assumirem, num determinado contexto, significação semelhante. Assim, a palavra "inserção" pode ser substituída, sem alteração de sentido, pela palavra:

- (A) interlocução.
- (B) impulsão.
- (C) imposição.
- (D) introjeção.
- (E) inclusão.

## Questão 6

Sabe-se que houve um período em nosso país em que a televisão brasileira dispunha de alguns poucos canais abertos, com poucas opções de entretenimento. Apesar dessa realidade pretérita, um eminente estudioso das novelas brasileiras afirma que milhões de pessoas se divertiam à noite com esse produto. Durante um dos capítulos da última semana da história, até o movimento de pessoas nos bares diminuía. Minha mãe alertava todos em casa ao início dos capítulos da última semana: "Tem muita gente falando e temos somente um aparelho de TV! Calem-se!".

A língua portuguesa dispõe de uma classe de palavras que serve para indicar a quantidade exata de seres, ou a posição que um ser ocupa numa determinada série. Nesse texto, a palavra "um":

- (A) emplaca sentido de ~~ordem~~ antes das palavras "um dos capítulos".
- (B) fornece ~~ideia~~ de quantidade antes da palavra "período".
- (C) funciona como termo indicativo de quantidade antes da palavra "aparelho".
- (D) configura sentido quantitativo antes da expressão "eminente estudioso".
- (E) indica posição ocupada em uma série antes da palavra "aparelho".

## Questão 7

Para um uso eficaz da língua oral e escrita, há que se considerar a relevância de palavras que servem para dar nome às pessoas, às qualidades, aos sentimentos, aos objetos, aos lugares e a todos os seres, sejam reais ou imaginários. Desse modo, palavras consideradas abstratas designam seres que não têm existência própria e palavras ditas concretas designam seres que têm existência independente. Sendo assim, as palavras:

- (A) ~~anjo, dragão, tritão e cidade são abstratas.~~
- (B) ~~angústia, saudade, ausência e esperança são concretas.~~
- (C) ~~vento, fantasma, coração e chuva são abstratas.~~
- (D) ~~sereia, fantasma, saci e fada são concretas.~~
- (E) fuga, cegueira, beijo e tristeza são concretas.

## Questão 8

As palavras "por mais" em "por mais que sejam legítimas as reivindicações dos alunos, algumas observações são estapafúrdias" estabelecem entre as orações o sentido de:

- (A) explicação.
- (B) concessão.
- (C) conclusão.
- (D) comparação.
- (E) consequência.

## Questão 9

Existe um tipo de palavra que varia em gênero, número e pessoa que representa ou acompanha outra palavra, estabelecendo relações de lógica discursiva, espaço e tempo. Analise a assertiva a seguir e indique a alternativa que atende plenamente a colocação de todas as palavras - "É óbvio que eu \_\_\_\_\_ da melhor forma possível, assim que você \_\_\_\_\_, mesmo que isso \_\_\_\_\_ o treinamento".

- (A) o atenderei - me chamar - atrase-me
- (B) ~~atenderei-o - chamar-me - atrase-me~~
- (C) o atenderei - me chamar - me atrase
- (D) ~~atendê-lo-ei - chamar-me - atrase-me~~
- (E) atendê-lo-ei - me chamar - me atrase

## Questão 10

Elaborar textos na língua portuguesa escrita culta, entre outras habilidades, exige o entendimento acerca das palavras que exprimem ação e seus complementos com ou sem auxílio de outras palavras que servem como ligação. Desse modo, é possível identificar incorreção exceto em:

- (A) "... proibio-o de sair sem autorização".
- (B) "... reivindicava muito, mas ninguém lhe ajudava".
- (C) "... decidiu que iremos na escola".
- (D) "... lembrei de seus conselhos".
- (E) "... avisei-lhe do horário da fisioterapia".

## Matemática Básica

$$x + (-x) + 2x + 96$$

## Questão 11

O número cuja soma com seu antecessor, somando com o seu dobro e o sucessor deste último vale 96 é:

- (A) 38
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 16
- (E) 39

*Qual número?*

$$y + x + 2x = x + x + 2x = 4x$$

$$x + (x-1) + 2x + (x+1) = 96$$

$$2(x+y) = 96$$

$$= x$$

$$2x + 2x = 96$$

## Questão 12

Observe a sequência numérica dada por:  $\frac{1}{4}$ ; 1; 0,2; 0,333;  $\frac{2}{3}$ ;  $\frac{1}{3}$ ; 0,333...; 0,999... e 2.

Assinale a alternativa na qual os números aparecem na ordem crescente.

- (A)  $0,2 < \frac{1}{4} < 0,333 < 0,333... \approx \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0,999... < 1 < 2$
- (B)  $0,2 < \frac{1}{4} < 0,333 < 0,333... = \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0,999... \approx 1 < 2$
- (C)  $0,2 < \frac{1}{4} < 0,333 < 0,333... \leq \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0,999... < 1 < 2$
- (D)  $\frac{1}{4} < 0,2 < 0,333 < 0,333... = \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0,999... \approx 1 < 2$
- (E)  $0,2 < \frac{1}{4} < 0,333 < 0,333... < \frac{1}{3} < \frac{2}{3} < 0,999... \approx 1 < 2$

**Questão 13**

O setor de viaturas de uma unidade militar realiza manutenção preventiva conforme determinados prazos: alinhamento de pneus a cada 15 mil km, correia dentada a cada 50 mil km, filtro de combustível a cada 20 mil km. Suponha que um grupo de viaturas rode, em média, a mesma quilometragem e faça todas as revisões nos prazos especificados acima. A quilometragem na qual este grupo de viaturas fará, junta, as manutenções de alinhamento de pneus, correia dentada e filtro de combustível é:

- (A) 300 mil km
- (B) 30 mil km
- (C) 60 mil km
- (D) 100 mil km
- (E) 150 mil km

Handwritten calculations for Questão 13:

A = 15 mil km  
 C = 50 mil km  
 Com = 20 mil km

$15 + 50 + 20 = 85$

$85 \times 2 = 170$

$170 - 3 = 167$

$150 = 3 \times 50$

**Questão 14**

"Atualmente, a remuneração básica inicial para a graduação de Aluno Soldado PM é de R\$ R\$ 2.956,41 (dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) ... e, após o Curso de Formação de Soldados Policiais Militares da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFSD/SEPM-2023) a remuneração básica passa a ser R\$ 5.233,88 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos)"

Fonte: trecho da página 2 do EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2023 – SEPM, EM 25 DE MAIO DE 2023, disponível em <https://cdnibade.selecao.site/edital/1/54/79a1ad31acc34600b3c5e3f91d02f77f.pdf> acessado em 30/06/2023.

G.H.	SOLDO	IHP	GRET	GRAM	VENCIMENTOS
SD PM	R\$ 991,03	R\$ 743,27	R\$ 1.486,54	R\$ 2.013,03	R\$ 5.233,88
ALUNO CFSD	R\$ 817,68	R\$ 0,00	R\$ 1.001,65	R\$ 1.137,08	R\$ 2.956,41

Tabela de remuneração do ALUNO CFSD e SD PM.

Considerando o valor a ser recebido para o candidato aprovado e convocado para ser um dos ALUNOS CFSD e o valor que o mesmo receberá, se aprovado e graduado como SD PM, o percentual aproximado de aumento será de:

- (A) 76%
- (B) 177%
- (C) 43,51%
- (D) 1,77035%
- (E) 77,03%

Handwritten calculations for Questão 14:

$\frac{5233,88 - 2956,41}{2956,41} \times 100 = 77,03\%$

$5233,88 - 2956,41 = 2283,47$

$\frac{2283,47}{2956,41} \times 100 = 77,03\%$

**Questão 15**

"O único estudo brasileiro de que temos conhecimento que fez uma comparação longitudinal ocorreu no município de Pelotas, na região Sul, e avaliou a prevalência de GNP nos anos de 1993, 2004 e 2015. Observou-se prevalência de 63 e 66% de GNP nos dois primeiros períodos, com queda para 52% em 2015. A mudança coincidiu com o registro de menor proporção de famílias recebendo menos de um salário mínimo, maior proporção de mães trabalhando fora do lar, maior nível educacional materno e menor proporção de mulheres com dois ou mais filhos, além de redução de gestação na adolescência e maior proporção de mães com idade igual ou superior a 30 anos."

Trecho do artigo "Gravidez não planejada no Brasil: estudo nacional em oito hospitais universitários", disponível em Revista de Saúde Pública. 2023; 57:35, p.7 <<https://www.scielo.br/rsp/a/rLNZV93NLzLDrD5zby7DRy/n/?format=pdf&lang=pt>> acessado em 01/07/2023.

Este artigo relata que estudo brasileiro fez uma comparação longitudinal, no Município de Pelotas, na região Sul, e avaliou que o índice de gravidez não planejada (GNP) passou de 63% em 1993 para 66% em 2004. A taxa de variação relativa, em porcentagem, dos índices de GNP, entre os anos de 1993 e 2004 no Município de Pelotas está mais próxima de:

- (A) 27,27%
- (B) 4,0%
- (C) 4,6%
- (D) 3,0%
- (E) 4,8%

Handwritten calculations for Questão 15:

1993 - 63%

2004 - 66%

$\frac{66 - 63}{63} \times 100 = 4,76\% \approx 4,8\%$

**Questão 16**

Se uma empresa de engenharia construir 50m<sup>2</sup> linear de muro por dia, terminará a construção do muro de um batalhão de polícia, num terreno quadrangular, 3 dias antes do que se construir 30m<sup>2</sup> por dia. Nessas condições, a área aproximada do terreno é:

- (A) 3.136 m<sup>2</sup>
- (B) 3.164 m<sup>2</sup>
- (C) 50.625 m<sup>2</sup>
- (D) 18.225 m<sup>2</sup>
- (E) 1.139 m<sup>2</sup>

Handwritten calculations for Questão 16:

$\frac{50}{30} = \frac{5}{3}$

$\frac{5}{3} \times 3 = 5$  (days)

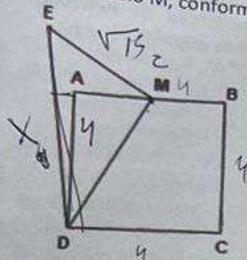
$5 - 3 = 2$  (days difference)

$50 \times 2 = 100$

$100 \times 0,18225 = 18,225$

Questão 17

Na figura abaixo temos o quadrado ABCD de lado igual a 4m e o triângulo retângulo EMD cujo ângulo reto está no ponto médio M, conforme segue:



Utilize, quando necessário,  $\sqrt{2} = 1,4$ ;  $\sqrt{3} = 1,7$ ;  $\sqrt{5} = 2,2$  e  $\sqrt{7} = 2,6$ . Sabendo que  $EM = \sqrt{15} m$ , o valor da medida aproximada de  $ED$  é:

- (A) 5,74 m
- (B) 5,75 m
- (C) 5,72 m
- (D) 5,73 m
- (E) 5,71 m

Questão 18

É importante saber fazer contas, principalmente no dia a dia. Temos, inevitavelmente, compromissos financeiros. Contas, boletos, parcelas e decidir a melhor opção de compra.



Fonte: A Matemágica, <https://amatemagica.wordpress.com/2011/01/06/tirinhas-de-volta/>, acessado em 30/06/2023.

Uma pessoa pretende comprar um determinado produto cujo preço à vista era de R\$ 825,00. Sendo um consumidor consciente, pesquisou em algumas lojas para ver os preços e condições.

- 873,75 • A loja "A" fez a seguinte oferta: 9 parcelas iguais de R\$ 82,50, mais uma última parcela com 50% de desconto;
- 990,50 • A loja "B" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 82,50, mais 10 parcelas iguais de R\$ 82,50;
- 922,50 • A loja "C" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 90,00, mais 9 parcelas iguais de R\$ 82,50 mais uma última parcela com 50% de desconto;
- 866,25 • A loja "D" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 41,25, mais 10 parcelas iguais de R\$ 82,50;
- 907,50 • A loja "E" fez a seguinte oferta: entrada de R\$ 75,00, mais 9 parcelas iguais de R\$ 82,50.

Considerando o valor a financiar, a loja com a melhor oferta é a:

- (A) Loja "C"
- (B) Loja "A"
- (C) Loja "B"
- (D) Loja "E"
- (E) Loja "D"

Questão 19

Em Economia, chama-se "ponto de equilíbrio" de produção de uma certa mercadoria, a quantidade  $q$  em u.m. (unidades de medida) para a qual o custo total  $C(q)$ , para produzi-la se iguala à receita  $R(q)$ , arrecadada com a venda daquela quantidade.

Admita que uma fábrica possua custo total de produção, de uma determinada mercadoria dada pela expressão  $C(q) = 20q + 1800$ ,  $q > 0$ , e cuja receita associada a essa mesma produção seja dada pela expressão  $R(q) = 50q$ , onde  $q > 0$ . Nessas condições, o ponto de equilíbrio daquela mercadoria ocorre quando a quantidade  $q$ , em u.m., vale:

- (A) 60
- (B) 50
- (C) 40
- (D) 30
- (E) 20

Handwritten calculations for Questão 19:

$$C(q) = 20q + 1800$$

$$R(q) = 50q$$

$$C(q) = R(q)$$

$$20q + 1800 = 50q$$

$$30q = -1800$$

$$q = 60$$

Additional calculations:

$$\begin{array}{r} 825,00 \\ + 90,00 \\ \hline 922,50 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 825,00 \\ + 41,25 \\ \hline 866,25 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 825,00 \\ + 75,00 \\ \hline 907,50 \end{array}$$

Other notes include a circled '60' and a calculation:  $\frac{825,00}{9} = 91,66$ .

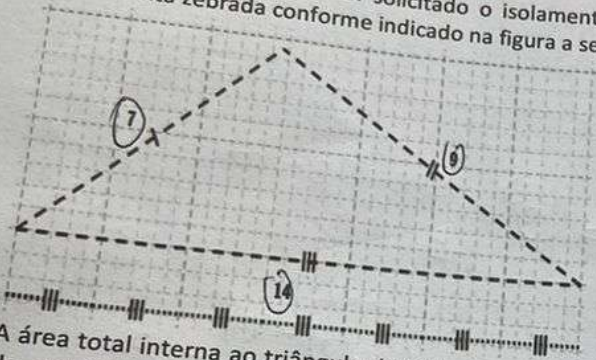
## Questão 20

É fundamental, em várias ações policiais, preservar e isolar o local da ocorrência. Visando, com isso, a concretização de ações periciais de sucesso. Tais procedimentos encontram-se previstos no Código de Processo Penal. Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

II - isolamento: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm) acessado em 02/07/2023 às 19h.

Numa ocorrência policial foi solicitado o isolamento por meio da fita zebraada conforme indicado na figura a seguir:



A área total interna ao triângulo de lados 7m, 9m e 14m é de, aproximadamente:

Obs.: se necessário, utilize,  $\sqrt{2} \approx 1,4$ ;  $\sqrt{3} \approx 1,7$  e  $\sqrt{5} \approx 2,2$ .

- (A) 28,4 m<sup>2</sup>
- (B) 26,4 m<sup>2</sup>
- (C) 24,4 m<sup>2</sup>
- (D) 22,4 m<sup>2</sup>
- (E) 20,4 m<sup>2</sup>

## Noções de Direitos Humanos

## Questão 21

O artigo 5º inciso XLVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 admite as seguintes penas;

- (A) de trabalhos forçados.
- (B) de banimento.
- (C) de caráter perpétuo.
- (D) de morte.
- (E) cruéis.

## Questão 22

É órgão com competência para conhecer dos assuntos relacionados ao cumprimento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos pelos seus Estados-partes:

- (A) Conselho da Europa.
- (B) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.
- (D) Assembleia Geral das Nações Unidas.
- (E) Parlamento Europeu.

## Questão 23

O Estatuto de Roma que institui o Tribunal Penal Internacional entende por "crime contra a humanidade", o seguinte ato, quando cometido no contexto de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- (A) escravidão.
- (B) roubo.
- (C) tráfico de drogas.
- (D) injúria.
- (E) estelionato.

## Questão 24

Ao imigrante são assegurados no território nacional, em condições de igualdade com os nacionais, os seguintes direitos:

- (A) de reunião para qualquer tipo de fim.
- (B) de amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita, independentemente de comprovação de insuficiência de recursos.
- (C) de reunião familiar com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes.
- (D) de acesso a serviços públicos de saúde, excluídos os de assistência social e previdência social.
- (E) direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, desde que não esteja pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência.

## Questão 25

Há dois importantes tratados internacionais ratificados pelo Brasil sobre a prevenção e punição de atos de tortura: a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, assinada em 10 de dezembro de 1984, em Nova York, no âmbito da ONU e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991; e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, assinada no dia 9 de dezembro de 1985 em Cartagena e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto nº 98.386, de 9 de dezembro de 1989. A partir dessa base normativa internacional, em abril de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.455 que define o crime de tortura no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base na redação da Lei nº 9.455/1997, sobre o crime de tortura é incorreto afirmar que:

- (A) a condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por igual prazo da pena aplicada.
- (B) o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (C) a pena é aumentada de um sexto até um terço se o crime for cometido por agente público.
- (D) o disposto na referida Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- (E) o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime fechado, salvo na hipótese da pessoa que se omite em face das condutas definidas como tortura pela Lei, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.

## Questão 26

A Emenda Constitucional nº 45 de 2004 inovou ao introduzir ao artigo 5º da CRFB/1988 o § 3º com a seguinte redação: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais". A partir disso, o Supremo Tribunal Federal reviu seu posicionamento referente à hierarquia dos tratados de direitos humanos no direito brasileiro. No julgamento do RE 466.343, em 2008, prevaleceu a teoria do duplo estatuto dos tratados internacionais de direitos humanos que sustenta:

- (A) a hierarquia constitucional aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional n. 45/2004 e supraconstitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (B) a hierarquia suprallegal aos tratados de direitos humanos aprovados e não aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (C) a hierarquia suprallegal aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 45/2004 e constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (D) a hierarquia de lei ordinária aos tratados de direitos humanos que não foram aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988, quer sejam anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 45/2004 e constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados conforme o rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.
- (E) a hierarquia constitucional aos tratados de direitos humanos aprovados e não aprovados pelo rito especial do artigo 5º § 3º da CRFB/1988.

## Questão 27

De acordo com o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) ninguém será submetido a tortura, mas permitido o tratamento desumano.
- (C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, admitida a censura ou licença.
- (D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, honra e a imagem das pessoas, não sendo assegurado o direito a indenização.
- (E) constitui crime prescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

## Questão 28

A respeito do chamado controle de convencionalidade é correto afirmar que:

- (A) o controle de convencionalidade tendo como parâmetro a Convenção Americana sobre Direitos Humanos é exercido exclusivamente pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) no campo dos direitos humanos o controle de convencionalidade é atribuído tão somente aos tribunais internacionais de direitos humanos.
- (C) o controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos de um Estado em face das normas constitucionais de outro Estado.
- (D) no campo dos direitos humanos o controle de convencionalidade é atribuído tão somente aos tribunais nacionais.
- (E) o controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos de um Estado em face das normas internacionais, como tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Estado.

## Questão 29

De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos adotado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, é correto afirmar que:

- (A) toda pessoa acusada de um delito terá direito a que se presuma sua culpa enquanto não for legalmente comprovada sua inocência.
- (B) o direito de toda pessoa sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país, só poderá constituir objeto de restrições, quando estas estejam previstas em lei e no intuito de proteger a segurança nacional e a ordem, a saúde ou a moral públicas, bem como os direitos e liberdades das demais pessoas, e que sejam compatíveis com os outros direitos reconhecidos no Pacto.
- (C) a liberdade de manifestar a própria religião ou crença não estará sujeita a quaisquer limitações.
- (D) o Pacto prevê a constituição de um Comitê de Direitos Humanos, composto de dezoito membros, nacionais de qualquer Estado, os quais deverão ser pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, sendo permitida a participação de mais de um nacional de um mesmo Estado.
- (E) nenhuma disposição do Pacto poderá ser interpretada em detrimento do direito inerente a todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente suas riquezas e seus recursos naturais, salvo quando estritamente necessário à promoção da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

## Questão 30

A Lei nº 12.847/2013 institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), cujo objetivo é fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes. Sobre o SNPCT assinale a alternativa correta:

- (A) o SNPCT será composto pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e pelo órgão do Ministério da Justiça responsável pelo sistema penitenciário nacional.
- (B) não é permitida a participação de entidades privadas no SNPCT, mas apenas de órgãos e entidades públicas com atribuições legais ou estatutárias de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, ou de promover a defesa dos direitos delas.

- (C) são princípios do SNPCT a igualdade, a subjetividade, a parcialidade e a não discriminação, sendo uma de suas diretrizes a adoção das medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para a prevenção e o combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.
- (D) conselhos estaduais, municipais e distrital de direitos humanos, conselhos tutelares e conselhos de direitos de crianças e adolescentes e organizações não governamentais, ainda que reconhecidamente atuem no combate à tortura, não poderão integrar o SNPCT.
- (E) não cabe ao SNPCT realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, mas tão somente promover a articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, permitindo as trocas de informações e o intercâmbio de boas práticas.

### Noções de Direito Administrativo e Legislação Aplicada à PMERJ

#### Questão 31

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro dispõe que são servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares. Tais patentes são conferidas pela seguinte autoridade competente:

- (A) Presidente do Congresso Nacional.  
 (B) Presidente da República.  
 (C) Governador do Estado.  
 (D) Prefeito Municipal.  
 (E) Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

#### Questão 32

As Polícias Militares instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal possuem uma hierarquia na composição de seus quadros institucionais. De acordo com a Lei de Organização das Polícias Militares, os Praças de Polícia, possuem a seguinte hierarquia prevista na lei:

- (A) Graduados: Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Soldado e Cabo.  
 (B) Graduados: 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo; Soldado e Subtenente.  
 (C) Graduados: Cabo; Soldado; Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento e 3º Sargento.  
 (D) Graduados: 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Soldado; Subtenente; Cabo.  
 (E) Graduados: Subtenente; 1º Sargento; 2º Sargento; 3º Sargento; Cabo e Soldado.

#### Questão 33

Os policiais militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios possuem normas gerais relativas à inatividade estando previstas na Lei de Organização das Polícias Militares. A remuneração na inatividade, calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, a pedido, pode ser:

- (A) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar.  
 (B) parcial, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar.  
 (C) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço, dos quais no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar.  
 (D) parcial, desde que cumprido o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço, dos quais no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de exercício de atividade de natureza militar.  
 (E) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 20 (vinte) anos de exercício de atividade de natureza militar.

## Questão 34

Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal brasileira de 1988. A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes, como no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, conforme prevê a Constituição Federal brasileira, compete à Justiça Militar estadual processar e julgar:

- (A) os militares da união, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (B) os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (C) os militares dos municípios, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (D) os militares dos territórios, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- (E) os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente apenas dos oficiais.

## Questão 35

De acordo com a Constituição Federal brasileira de 1988, é de competência dos juizes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes:

- (A) militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes civis.
- (B) civis cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (C) civis cometidos contra militares e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (D) militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (E) civis cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes civis.

## Questão 36

Conforme determina o Estatuto Dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, o Policial Militar que, por sua atuação, se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais militares a ele inerentes, será afastado do cargo. Dessa forma, são competentes para determinar o imediato afastamento do cargo ou impedimento do exercício da função, conforme descreve a supracitada normatização, a seguinte autoridade, exceto:

- (A) Presidente da República.
- (B) Governador do Estado.
- (C) Secretário de Estado de Segurança Pública.
- (D) Comandante Geral da Polícia Militar.
- (E) comandantes, os chefes e os diretores, na conformidade da legislação ou regulamentação da corporação.

## Questão 37

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro prevê que os policiais militares são alistáveis, como eleitores, desde que oficiais, aspirantes-a-oficial, alunos-oficiais, subtenentes e sargentos. Assim, os policiais-militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições normativas:

- (A) se em atividade, com 20 (vinte) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (B) se em atividade, com 10 (dez) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (C) se em atividade, com 15 (quinze) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (D) se em atividade, com 5 (cinco) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.
- (E) se em atividade, com 25 (vinte e cinco) ou mais anos de serviço, ao se candidatarem a cargo eletivo, serão afastados, temporariamente, do serviço ativo e agregados, considerados em licença para tratar de interesse particular, se eleitos, serão, no ato da diplomação, transferidos para a reserva remunerada, percebendo a remuneração a que fizerem jus, em função do tempo de serviço.

## Questão 38

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro prevê diversos direitos e prerrogativas dos integrantes da carreira. Assim, assegura que são considerados dependentes do policial militar, exceto:

- (A) a ex-esposa, com direito a pensão alimentícia estabelecida por sentença transitada em julgado, enquanto não contrair novo matrimônio.
- (B) a esposa.
- (C) o filho menor de 21 (vinte e um) anos, ou inválido ou interdito.
- (D) a filha solteira, desde que não receba remuneração.
- (E) o filho estudante, maior de 25 (vinte e cinco) anos, desde que não receba remuneração.

## Questão 39

O Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro regulamenta a pensão militar e, segundo a referida normatização, é deferida em processo de habilitação, com base na ordem de prioridade e nas condições a seguir:

- (A) primeira ordem de prioridade pessoa separada de fato, separada judicialmente ou divorciada do instituidor, ou ex-convivente.
- (B) primeira ordem de prioridade cônjuge ou companheiro designado ou que comprovem união estável como entidade familiar.
- (C) primeira ordem de prioridade filhos ou enteados até vinte e um anos de idade ou até vinte e quatro anos de idade, se estudantes universitários ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez.
- (D) primeira ordem de prioridade menor sob guarda ou tutela até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade ou, se inválido, enquanto durar a invalidez.
- (E) primeira ordem de prioridade a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do militar.

## Questão 40

O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro determina o direito a concessão das Férias e Outros Afastamentos Temporários do Serviço. Dessa forma, os policiais militares têm direito, ainda, aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, obedecidas as disposições legais e regulamentares, exceto, por motivo de:

- (A) luto de 8 (oito) dias. ✓
- (B) núpcias de 8 (oito) dias. ✓
- (C) transferência de até 10 (dez) dias. ✓
- (D) instalação de até 10 (dez) dias. ✓
- (E) trânsito de até 15 (quinze) dias. ✓

## Noções de Direito Penal e Processual Penal

### Questão 41

Relativamente aos crimes contra a dignidade sexual, avalie as situações hipotéticas apresentadas nos itens a seguir.

- I. o crime de "assédio sexual" ocorre quando alguém constrange a vítima com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, independentemente da condição de superior hierárquico do agente.
- II. no crime de "assédio sexual", a pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.
- III. configura o crime de "favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável", submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.
- IV. segundo o Decreto-Lei nº 2848/1940 (Código Penal Brasileiro), configura crime de "estupro" aquele que praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos. *estupro de menor*
- V. no crime de "importunação sexual", a ação penal é exercida mediante queixa da vítima.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.  
 (B) I, apenas.  
 (C) II, apenas.  
 (D) I e III, apenas.  
 (E) I, II e V, apenas.

### Questão 42

Norberto, com intenção de obter uma vantagem, e após conseguir um uniforme similar ao utilizado pela equipe de manobristas de uma casa noturna, dirigiu-se ao estacionamento da boate e por ali permaneceu, sem ser notado, aguardando potenciais vítimas. Cardoso, um cliente assíduo do estabelecimento, chega à boate e, induzido por Norberto, entrega a ele voluntariamente, a chave de seu carro para que fosse estacionado. Norberto, com a posse da chave, foge do local levando o veículo de Cardoso.

Nos termos estritos da narrativa acima e de acordo com que dispõe o Decreto-Lei n. 2.848, de 1940 (Código Penal), Cardoso foi vítima de:

- (A) furto.  
 (B) apropriação.  
 (C) estelionato.  
 Soldado

- (D) furto de coisa comum.  
 (E) receptação.

### Questão 43

De acordo com a Lei 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, analise os itens a seguir:

- I. é isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- II. as medidas educativas previstas pela lei são: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. ✓
- III. para garantia do cumprimento das medidas educativas de prestação de serviços à comunidade, que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a: admoestação verbal; multa. —
- IV. para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade mínima da substância apreendida, à localização do fato e a circunstância de ser o agente reincidente ou não em crime da mesma natureza
- V. É isento de crime e de pena quem, para consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.  
 (B) I e IV, apenas.  
 (C) II, IV e V, apenas.  
 (D) III e IV, apenas.  
 (E) II, III e V, apenas.

## Questão 44

Depois de uma ligeira discussão travada na arquibancada de um estádio de futebol, Dionísio, fisicamente mais forte, ameaça Bento prometendo matá-lo após o término da partida. No intervalo do jogo, Bento decide ir ao lavatório, momento em que percebe Dionísio vindo firme e apressadamente em sua direção, com as mãos para trás, dando a entender que estaria armado. Imaginando que seria morto por Dionísio, pelo fato de ter sido ameaçado anteriormente, Bento saca um pesado artefato de metal e arremessa na cabeça de Dionísio, causando-lhe a morte. Ouvidas as testemunhas presentes e analisadas as câmeras do local, constatou-se que Dionísio não estava armado, apenas portava um celular, e a pressa para se deslocar estava relacionada a vontade de não perder o início do segundo tempo.

De acordo com as informações estritamente narradas acima, Bento agiu em:

- (A) legítima defesa sucessiva, por erro inevitável, diante das circunstâncias em que o agente se encontrava.
- (B) estado de necessidade putativo, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, em que o agente supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- (C) exercício regular de direito, por erro inevitável do agente sobre a ilicitude do fato.
- (D) estado de necessidade justificante, excluindo a culpa do agente, mas permitindo a punição por crime doloso.
- (E) legítima defesa putativa, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, em que o agente supôs situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

## Questão 45

Hudson dançava animadamente em uma boate carioca quando foi surpreendido com um violento soco desferido por um frequentador da casa noturna. A polícia militar foi acionada e conduziu todos os envolvidos à delegacia. O delegado de polícia de plantão registrou a ocorrência pela prática do crime de lesão corporal simples (art. 129 caput do Código Penal), lavrando, em seguida, o termo circunstanciado.

Diante da situação estritamente narrada acima, assinale a alternativa correta em relação ao potencial ofensivo da infração e a espécie de ação penal, respectivamente:

- (A) Infração de menor potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública incondicionada.
- (B) Infração de menor potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido.
- (C) Contravenção penal; ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido.

- (D) Infração de médio potencial ofensivo; ação penal de iniciativa pública incondicionada.
- (E) Todas as infrações que lesam a integridade física de alguém são consideradas graves; ação penal de iniciativa pública incondicionada.

## Questão 46

Em relação à culpabilidade e à imputabilidade do agente, assinale a opção correta.

- (A) São elementos que integram a culpabilidade, segundo a teoria "normativa pura" (concepção finalista): imputabilidade, possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.
- (B) A hipótese configura "embriaguez voluntária", quando o agente, com o objetivo principal de cometer extorsão, embriaga-se para ter coragem suficiente para a prática do ato criminoso.
- (C) Para definir "maioridade penal", a legislação brasileira adotou o sistema "biopsicológico", considerado inimputável os menores de 18 (dezoito) anos, independentemente de possuir a plena capacidade de entender a ilicitude do fato ou de determinar-se segundo esse entendimento.
- (D) O agente que, embora diagnosticado com uma doença mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, será considerado inimputável para efeitos de isenção de pena.
- (E) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal do agente.

## Questão 47

O Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou requisitos para a decretação da prisão temporária, cumulativamente: 1) for imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não ter residência fixa; 2) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes descritos no artigo 1º, inciso III, da Lei 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto; 3) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; 4) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; 5) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal (CPP). Fonte: STF. (adaptado)

Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=481715&ori=1>

Em relação à prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá aguardar nova ordem da autoridade judicial, para pôr o preso em liberdade, podendo determinar a prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva por até mais 5 (cinco) dias.
- (B) A prisão será decretada pelo juiz, de ofício, ou em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (C) Exclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária.
- (D) Poderá ser decretada a prisão pelo juiz para os crimes que a admitem, tanto na fase pré-processual (inquérito policial), quanto na fase pré-processual (ação penal).
- (E) O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

## Questão 48

Nos termos do art. 158-A do Código de Processo Penal Brasileiro, considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

No âmbito da prova penal, marque a alternativa correta.

- (A) No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, a pessoa investigada a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito falso será intimada para o ato, não podendo se negar a realizá-lo, sob pena de indiciamento compulsório no inquérito policial. *Quem isso?*
- (B) Para a facilitação da defesa de seus direitos, a inversão do ônus da prova é aplicável ao processo penal, tal como acontece no direito consumerista.
- (C) Corpo de delito é o conjunto dos elementos materiais deixados pela infração penal.
- (D) Segundo o Código de Processo Penal, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia e o exame de corpo de delito, requeridos pelas partes, quando não forem necessários ao esclarecimento da verdade. *perícia de corpo de delito*
- (E) Corpo de delito é o exame submetido pela vítima de violência física, qualquer que seja a infração penal, para comprovar a prática delitiva.

## Questão 49

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estão sendo empreendidos com diferentes parceiros, em âmbito global e regionais, a fim de se alcançar um mundo mais pacífico. "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade". <https://brasil.un.org/pt-br/take-action>.

O objetivo "16" ("Paz, Justiça e Instituições") visa garantir a igualdade de acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os setores; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional; reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais; reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais entre outras metas descritas na "Agenda da ONU". <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16> (adaptado)

Considerando os problemas estruturais graves do sistema prisional e do sistema socioeducativo do Brasil, em janeiro de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar o Programa para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o "Justiça Presente", em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O "Manual de Gestão para as Alternativas Penais" foi apresentado pelo CNJ em 2020, aliando-se à Resolução 288, aprovada pelo Conselho em 2019 e que define a política institucional do Judiciário para as alternativas penais, mudando o enfoque para uma abordagem restaurativa em substituição à privação de liberdade, com as modalidades e os mecanismos para tanto. (adaptado)

[https://www.cni.jus.br/wpcontent/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativaspenais\\_eletronico.pdf](https://www.cni.jus.br/wpcontent/uploads/2020/09/manual-de-gest%C3%A3o-de-alternativaspenais_eletronico.pdf)

Considerando os textos apresentados, no âmbito das medidas cautelares e da proteção das liberdades fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) A natureza cautelar da prisão preventiva ~~impede~~ sua decretação na fase pré-processual (inquérito policial).
- (B) A prisão antes do julgamento é excepcional, permitida apenas quando não for possível sua substituição pelas medidas cautelares diversas, as quais podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com o Código de Processo Penal.
- (C) Em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, é cabível a suspensão condicional do processo, em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, apenas nas infrações de menor potencial ofensivo.
- (D) A fiança, como uma medida cautelar alternativa, só poderá ser arbitrada em caso de resistência injustificada do infrator à ordem judicial.
- (E) As medidas cautelares alternativas à prisão não podem ser aplicadas cumulativamente, pois ferem o sentimento de dignidade da pessoa.

#### Questão 50

O inquérito policial tem por finalidade subsidiar o oferecimento da denúncia ou da queixa pelo titular da ação penal e tem sido classificado como peça de natureza administrativa. Criado em 1871, enquanto ainda vigorava o regime imperial, o inquérito policial passou por intensas transformações ao longo do tempo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual concebeu nova face ao direito penal e processual penal, à luz da dignidade da pessoa humana e do respeito aos direitos e às garantias fundamentais. (Adaptado.) Fonte: STJ.

Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/porta/paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12022023-O-inquerito-policial-segundo-o-STJ-respeito-aos-direitos-eas-garantias-fundamentais>. (adaptado)

Considerando o Inquérito Policial e as atividades de polícia judiciária, avalie as situações a seguir:

- I. em relação à infração penal prevista no art. 239 (Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro) da Lei 8.069/90 (Estatuto da criança e do adolescente), o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- II. durante a fase de inquérito policial, o delegado de polícia ~~tem poder~~ para determinar a prisão temporária do indiciado.
- III. a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 5 (cinco) anos.
- (IV.) é direito do defensor do investigado o amplo acesso aos elementos de prova, que já estejam documentados nos autos da investigação policial.
- V. após concluídas as investigações, ~~nao~~ havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, o ~~delegado de polícia deverá promover o arquivamento do inquérito policial, em homenagem ao princípio constitucional da presunção de inocência.~~

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e V.